



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /CPFAEO-2025.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte cinco, às onze horas da manhã, está sendo realizada a audiência pública DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CPFAEO/2025, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para a Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais e Metas relativas ao 2º Quadrimestre exercício 2025. Estão presentes o Vereador Adriano Gomes (Presidente da Comissão de Finanças), Vereador Dr. Gilber (2º secretário da Comissão de Finanças), Vereador Marcos Combate, Vereadora Ellis Regina, Vereador Dr. Santana, Vereador Dr. Breno Mendes, o Sr. Luiz Henrique Gonçalves, o Sr. Sérgio Luiz Pacífico, Rita Ferreira Lima, Zaira Nucini, Nadya Karolina de Melo, Edrei Riça. O vereador Adriano Gomes declarou aberta a sessão de audiência pública da Comissão de Finanças. Na sequência, o vereador Dr. Breno Mendes procedeu à leitura da ordem do dia. O secretário Luiz Henrique foi convidado a dar continuidade aos trabalhos, apresentando complementações às informações já entregues. Ele destacou a entrega de novos documentos, como o Resumo de Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal, e o relatório técnico do Tribunal de Contas, referentes ao acompanhamento da gestão fiscal do primeiro quadrimestre. O secretário também informou que o processo de prestação de contas de 2024 já recebeu parecer favorável do corpo técnico e será apreciado em plenário em outubro. Luiz Henrique destacou que todas as prestações de contas dos anos anteriores haviam sido aprovadas, e foi entregue um relatório da União sobre o cumprimento das metas fiscais, utilizado como referência para o relatório municipal. Ele se colocou à disposição para realizar ajustes, caso os vereadores considerassem necessário. Respondeu ainda a uma solicitação do vereador Marcos Combate,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

informando que um processo foi formalizado junto à SEMAD para apurar dados sobre as despesas com pessoal, e que o órgão responsável já havia sido acionado para enviar as informações diretamente ao gabinete do vereador. Em sua exposição, Luiz Henrique fez um panorama da situação fiscal do Município, evidenciando o equilíbrio entre receitas e despesas, um superávit temporário no segundo quadrimestre e o cumprimento dos limites constitucionais nas áreas de saúde (23%) e pessoal (47,62%). No entanto, o índice de educação estava abaixo dos 25% exigidos, com 23,30%, embora o secretário tenha informado que medidas estavam sendo tomadas para adequação no último quadrimestre. Ele finalizou destacando o compromisso com a transparência e colocando-se à disposição para mais esclarecimentos. O vereador Dr. Breno Mendes pediu esclarecimentos sobre o índice de despesa com pessoal, questionando se o percentual de 47,62% estava correto, já que a expectativa era de que esse número estivesse em torno de 49%. O secretário Luiz Henrique confirmou que o índice atual era de 47,62%, referente ao último quadrimestre. O vereador Dr. Breno Mendes também mencionou que o orçamento da saúde tinha uma previsão de 22%, mas os dados apresentados indicavam 23,21%, superando a meta inicial. O secretário confirmou que houve um investimento acima do planejado na saúde. O secretário Sérgio Pacífico complementou, explicando que o cálculo do orçamento da saúde considera não apenas os repasses regulares, mas também as emendas parlamentares, que são direcionadas a essa área e impactam diretamente no aumento do índice de investimento. Sobre a despesa com pessoal, Sérgio Pacífico alertou para a oscilação de receita proveniente do FPM e do ICMS, que interfere no cálculo do índice. O vereador Dr. Breno Mendes questionou se havia risco de o município não conseguir fechar a folha de pagamento nos próximos meses. O secretário Sérgio Pacífico garantiu que esse risco não existia, conforme já afirmado na reunião anterior. Ele também respondeu ao questionamento sobre o envio da LDO e do PPA, explicando que seriam enviados até o dia seguinte, devido a ajustes no sistema de tramitação, agora através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações). O vereador Dr. Breno



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

Mendes também perguntou sobre a destinação das emendas parlamentares na LDO e PPA, e Sérgio Pacífico confirmou que as emendas foram inclusas de acordo com o que prevê a Lei Orgânica do Município. A vereadora Ellis Regina complementou, destacando a preocupação com o índice de despesa com pessoal e questionando se o percentual de 47% poderia aumentar até o final do ano, colocando o município em risco de ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. O secretário Sérgio Pacífico respondeu que há uma preocupação com o aumento das despesas, mas garantiu que a gestão monitora mensalmente as folhas de pagamento para adotar medidas de contenção, especialmente em relação a contratações e outras despesas de pessoal. Luiz Henrique explicou que o cálculo é baseado em um período contínuo de 12 meses e que o índice atual de 47,62% refere-se ao período de setembro do ano passado a agosto deste ano, podendo variar conforme a entrada de novos dados mensais. O vereador Dr. Breno Mendes retomou a preocupação com os investimentos nas áreas de saúde e educação, destacando que o Município precisa garantir o cumprimento do índice de 25% para educação até o final do exercício, evitando depender de ajustes no último quadrimestre. O vereador também mencionou a SEMASF, sugerindo que seria necessário avaliar com mais calma a execução de projetos nessa área, devido à lentidão observada. O secretário Luiz Henrique respondeu que reuniões mensais com a Secretaria de Educação têm sido realizadas para garantir que o investimento na educação atinja o índice mínimo de 25% até o final do ano. O vereador Dr. Santana abordou uma importante decisão judicial favorável ao município, que resultará em um incremento de cerca de R\$ 600 milhões na receita municipal, decorrente de questões envolvendo a Santo Antônio Energia e a Giral. Ele também mencionou o anteprojeto 26, que visa aumentar a arrecadação municipal, ao propor a cobrança de taxas de resíduos sólidos de empreendimentos habitacionais de interesse social. O vereador Adriano Gomes solicitou informações sobre a destinação dos recursos hídricos, mencionando um montante de aproximadamente R\$ 112 a 113 milhões. O vereador Dr. Breno Mendes sugeriu que a comissão precisaria de uma ou duas



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

semanas para analisar os documentos e convidar novamente a equipe da SEMEC para esclarecimentos sobre os índices apresentados. Ele também destacou a necessidade de discutir questões importantes para os servidores públicos, como os plantões e as gratificações para os auxiliares de serviços de saúde. A vereadora Ellis Regina complementou a fala de Dr. Breno Mendes, ressaltando a importância de reajustar os valores pagos pelos plantões e a gratificação para os auxiliares de saúde, propondo que a comissão de orçamento e a SEMEC discutissem essas questões em uma reunião. O vereador Marcos Combate expressou preocupação com os subsídios ao transporte coletivo e a falta de transparência nos documentos apresentados, especialmente sobre os remanejamentos orçamentários direcionados à redução da tarifa de ônibus. Ele criticou o fato de o Município não ter recursos para atender demandas essenciais, como o pagamento dos servidores da saúde, enquanto destina valores significativos para eventos culturais. Dr. Breno Mendes reforçou a necessidade de um equilíbrio no orçamento, incluindo o apoio à cultura e ao lazer, sem descuidar das prioridades como saúde e educação. Ele também mencionou negociações em andamento com a Energisa, que podem gerar repasses aos municípios de Rondônia, e destacou a importância de viabilizar os 2% de emendas parlamentares. O vereador Adriano Gomes alertou sobre a aplicação inadequada dos recursos provenientes das usinas hidrelétricas, afirmando que esses recursos devem ser utilizados de acordo com a legislação vigente, priorizando o setor produtivo e os produtores rurais afetados pelas barragens. Ele cobrou mais atenção dos secretários Luiz Henrique e Sérgio Pacífico para que a aplicação desses recursos seja corrigida nas próximas peças orçamentárias. O vereador Dr. Gilber elogiou a clareza e a transparência do relatório de execução fiscal, destacando que as especificidades de cada pasta devem ser discutidas diretamente com os secretários responsáveis. Ele reafirmou seu compromisso com a defesa dos orçamentos das secretarias e a importância da transparência no processo. O vereador Dr. Breno Mendes propôs uma reunião para o dia 9 de outubro, visando adiantar a análise dos documentos da LDO e do PPA, com a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

presença da SEMEC e da Comissão de Equilíbrio Fiscal. O secretário Sérgio Pacífico fez uma consideração final, tranquilizando os presentes sobre o controle da gestão fiscal e detalhando os processos relacionados à execução orçamentária do terceiro quadrimestre e à tramitação das propostas orçamentárias para o próximo ano. O vereador Dr. Breno Mendes reforçou a importância de adiantar a questão das emendas parlamentares, e o secretário Sérgio Pacífico garantiu que qualquer alteração na Lei Orgânica exigiria adaptação dos processos. Por fim, o vereador Adriano Gomes declarou o encerramento da sessão, agradecendo a participação de todos.

Gerência das Comissões, 29 de setembro de 2025.

**Vereador Adriano Gomes
Presidente/CPFAEO/2025**

**Vereador Dr. Gilber
2º Secretário/CPFAEO/2025**



Assinado por **Gilber Rocha Mercês** - Vereador - Em: 03/11/2025, 15:03:27



Assinado por **Adriano Da Silva Gomes** - Vereador - Em: 29/10/2025, 12:43:36